



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

GABINETE DA MINISTRA DA SAÚDE

Exma. Senhora  
Dra. Marina Gonçalves  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência  
o Secretário de Estado dos Assuntos  
Parlamentares  
Palácio de São Bento (A.R.)  
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
Ofício n.º. 97	15/01/2019	N.º: ENT.: 566/2019 PROC. N.º: 8/2019	16/01/2019

**Assunto: Pergunta n.º 1034/XIII/4.ª, de 15 de janeiro de 2019, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS) - Comparticipação Tratamentos Termais**

Encarrega-me a Senhora Ministra da Saúde, em resposta à Pergunta referenciada em epígrafe, de informar o seguinte:

A Comissão Interministerial que estudou a reposição do financiamento dos tratamentos termais aos utentes do Serviço Nacional de Saúde (que tinha sido suspenso em 2011), refere que a avaliação dos resultados alcançados pressupõe a pré-existência de um regime de financiamento para avaliar, tendo proposto que a avaliação ocorra 12 meses após a implementação do regime de comparticipação. Por este motivo, o Governo considerou que a forma adequada de definir o regime de financiamento a avaliar seria a implementação de um projeto-piloto. Com efeito, se da avaliação resultar a necessidade de eventuais ajustamentos que assegurem a melhoria do regime de financiamento, importa que este seja suficientemente flexível para permitir tais acertos.

Conforme estabelecido no n.º 2 do art.º 8º da Portaria n.º 337-C/2018 de 31 de dezembro - “Os resultados do projeto -piloto, objeto da presente portaria, são avaliados no primeiro trimestre de 2020, em condições a definir por despacho”. Assim, os moldes da avaliação a efetuar estão em processo de definição e serão do conhecimento de todos os

1



interessados. Em todo o caso, o próprio Despacho que constituiu a Comissão Interministerial para estudar esta matéria já previa que a avaliação dos resultados alcançados incorporasse componentes de custo-benefício, quer em termos clínicos, quer na redução da despesa com MCDT, medicamentos, episódios de urgência, consultas externas e internamentos, bem como o impacto no absentismo laboral.

A conversão do projeto-piloto em definitivo dependerá da avaliação efetuada, podendo ter de haver ajustamentos, sendo de salientar que o Governo veio sempre reconhecendo a importância da comparticipação dos tratamentos termais, razão pela qual espoletou todo o processo de estudo da matéria (designadamente constituindo uma Comissão Interministerial com o mandato de assegurar a concretização do disposto no artigo 190.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro), que culminou no estabelecimento do regime de comparticipação do Estado no preço dos tratamentos termais prescritos nos Cuidados de Saúde Primários do Serviço Nacional de Saúde (SNS) nos termos da Portaria n.º 337-C/2018 de 31 de dezembro.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

---

(Eva Falcão)